



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Gabinete Civil da Governadoria**  
**Superintendência de Legislação.**

DECRETO Nº 6.097, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2005.

- Revogado pelo Decreto nº 6.450, de 28-04-2006.

~~Regulamenta o depósito prévio no Processo Administrativo Tributário.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento nos arts. 37, IV, da Constituição do Estado de Goiás, e 3ª da Lei nº 15.084, de 28 de janeiro de 2005, e tendo em vista o que consta do Processo nº 25953346,~~

~~D E C R E T A :-~~

~~Art. 1º Este Decreto regulamenta o depósito prévio exigido na interposição do recurso voluntário e na impugnação em segunda instância no Processo Administrativo Tributário de que trata o art. 9º A da Lei nº 13.882, de 23 de julho de 2001.~~

~~Art. 2º O recurso voluntário e a impugnação em segunda instância somente terão seguimento se, até o término dos respectivos prazos processuais previstos na Lei nº 13.882/01, forem instruídos com a prova do depósito de valor correspondente à aplicação dos percentuais a seguir especificados sobre o valor do crédito tributário definido no lançamento original ou na decisão de primeira instância, conforme o caso:~~

~~I—0,5% (cinco décimos por cento), para o sujeito passivo cuja receita bruta anual não seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);~~

~~II—1% (um por cento) para o sujeito passivo cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);~~

~~III—5% (cinco por cento) para o sujeito passivo cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);~~

~~IV—10% (dez por cento) para o sujeito passivo cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);~~

~~V—20% (vinte por cento) para o sujeito passivo cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) e até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);~~

~~VI—25% (vinte e cinco por cento) para o sujeito passivo cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);~~

~~VII—30% (trinta por cento) para o sujeito passivo cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);~~

~~§ 1º Quando o sujeito passivo for pessoa física ou pessoa jurídica que não esteja sujeita à apresentação de declaração de renda, o valor do depósito prévio será calculado com a aplicação do percentual previsto no inciso I do caput.~~

~~§ 2º Em qualquer hipótese, o valor do depósito prévio não pode ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).—~~

~~§ 3º Na hipótese de o sujeito passivo ser pessoa jurídica com mais de um estabelecimento, localizado ou não no Estado de Goiás, a receita bruta a ser considerada deve ser o somatório das receitas brutas de todos os seus estabelecimentos.~~

~~§ 4º Quando se tratar de sujeito passivo pessoa jurídica em atividade há menos de 12 (doze) meses, a receita bruta deve ser calculada de forma proporcional ao número de meses em atividade.~~

~~§ 5º Para efeito de comprovação da receita bruta anual do sujeito passivo pessoa jurídica, devem ser anexadas aos autos, juntamente com o comprovante do depósito, cópias da Declaração do Imposto de Renda mais recente, de livro ou outro documento fiscal ou contábil que possam comprovar a receita bruta.~~

~~Art. 3º O valor do depósito prévio deve ser calculado sobre o montante do crédito tributário definido no lançamento original ou na decisão de primeira instância, conforme o caso, deduzido o valor que eventualmente tenha sido pago, parcelado ou depositado como forma de garantia do crédito tributário.~~

~~Parágrafo único. No cálculo do depósito prévio não se aplica a redução prevista no art. 171 da Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991.~~

~~Art. 4º A interposição do recurso voluntário e a impugnação em segunda instância, em desacordo com o disposto nos arts. 2º e 3º, equivale à perempção, hipótese em que o órgão de preparo deve lavrar termo de perempção e encaminhar o processo para inserção do crédito em Dívida Ativa.~~

~~Parágrafo único. Na hipótese de haver depósito com valor inferior ao exigido, devem ser adotadas as providências do caput e do inciso II do caput do art. 8º.~~

~~Art. 5º Não serão conhecidos o recurso voluntário e a impugnação em segunda instância que não estiverem acompanhados~~

~~da prova do depósito-prévio e da documentação que comprove a receita bruta a que se refere o § 5º do art. 2º.~~

~~Art. 6º O depósito efetuado por um dos sujeitos passivos aproveita a todos.~~

~~Art. 7º O valor do depósito-prévio deve ser creditado em conta específica do Tesouro Estadual, por meio de depósito identificado, o qual deve conter, além de outros elementos previstos na legislação:~~

~~I — a identificação do sujeito passivo, parte na relação processual administrativa;~~

~~II — o número do processo administrativo.~~

~~Parágrafo único. O valor do depósito-prévio deve ser contabilizado em rubrica específica.~~

~~Art. 8º Se a decisão em última instância administrativa for:~~

~~I — favorável ao sujeito passivo, o valor do depósito-prévio, atualizado até a data da decisão, é restituído, acrescido de juros de mora, calculados segundo os mesmos critérios adotados pela legislação tributária para pagamento de tributos em atraso, computados a partir da data da efetivação do depósito;~~

~~a) sob a forma de aproveitamento de crédito em futuras operações ou prestações, nas situações e de acordo com as normas fixadas na legislação tributária;~~

~~b) em dinheiro, nos casos em que o depositante assim o requerer;~~

~~II — desfavorável ao sujeito passivo, o depósito-prévio deve ser convertido em renda e o seu valor apropriado em cada elemento que compõe o crédito tributário, utilizando o percentual resultante da relação entre o valor do depósito-prévio e o valor total do crédito tributário, atualizado até a data da conversão, independentemente da natureza dos elementos indicados no documento de arrecadação.~~

~~Art. 9º O pedido de restituição do depósito-prévio deve ser dirigido ao Secretário da Fazenda e instruído com os seguintes documentos:~~

~~I — via original do comprovante do depósito;~~

~~II — cópia da decisão definitiva no processo administrativo;~~

~~III — cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do representante legal ou mandatário da empresa, bem como, neste último caso, do instrumento de mandato que o autorize a postular em nome da empresa;~~

~~IV — instrumento constitutivo da empresa, devidamente atualizado e, quando se tratar de sociedade por ações, da ata da última assembléia de designação da diretoria ou de sua eleição;~~

~~V — documento de inscrição no CNPJ/MF.~~

~~Art. 10. O Secretário da Fazenda editará os atos complementares necessários à operacionalização do disposto neste decreto e na Lei nº 15.084, de 28 de janeiro de 2005.~~

~~Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do 5º (quinto) dia da data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 28 de fevereiro de 2005, 117ª da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR~~

~~Ivan Soares de Gouvêa~~

~~José Paulo Félix de Souza Loureiro~~

~~(D.O. de 03-03-2005)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 03.03.2005.~~

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgão Relacionado	Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA
Categoria	Normas Tributárias